

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO INDEPENDENTE DO URUGUAI

RICARDO PETRUCCI SOUTO¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹PPGCPol-UFPEL – petruccisoutorricardo@gmail.com

²UFPEL – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma proposta de pesquisa na área da Ciência Política, sobre a atuação parlamentar do Partido Independente (PI) do Uruguai. Este foi fundado em 11 de novembro de 2002, formado por facções dissidentes de outros partidos, inclusive da Frente Ampla (partido que a partir de 2005 assumiu o governo do país).

Ele se apresenta como a continuação histórica de diferentes correntes de opinião social-democrata, social-cristãs liberais igualitaristas, ambientalistas e de cidadãos independentes, que confluem na reafirmação de um espaço político para aportar suas ideias e propostas. O PI busca consolidar-se como a quarta força dentro do sistema político uruguaio, uma alternativa de centro-esquerda e social democrata à bipolarização da política uruguaia, representada pela Frente Ampla, de um lado, e os partidos históricos e tradicionais, Colorado e Nacional (Blancos), de outro.

Apesar de ser um partido pequeno em comparação aos demais, desde sua fundação, o PI vem logrando contínuo crescimento, tendo eleito um, dois e três deputados, respectivamente, nas eleições de 2004, 2009 e 2014. Nesta última ainda logrou eleger um senador.

Mesmo buscando demonstrar em seu proselitismo que sua postura e atuação políticas efetivamente são congruentes com sua denominação, o PI em várias ocasiões aliou-se à Frente Ampla, inclusive com a ocupação por seus membros de cargos no governo. Em outras ocasiões, porém, posicionou-se efetivamente no campo oposicionista, inclusive utilizando a estratégia de recorrer ao Poder Judiciário para demonstrar contrariedade com a aprovação de políticas da agenda governamental e, ainda, buscando protagonismo através de iniciativas legislativas próprias.

O momento de maior visibilidade do PI deu-se em 2012, quando do debate do projeto de lei de descriminalização do aborto. O governo aceitou uma série de modificações ao projeto impostas pelo deputado do PI, Iván Posada, para votar favoravelmente, voto este decisivo para a aprovação do projeto, diante da defecção do deputado governista Andrés Lima. O outro deputado do PI, Dr. Daniel Radío (cuja origem política é o Partido Democrata Cristão), votou contrariamente ao projeto.

Mesmo assim, o PI não alcançou seu intento de, a partir das eleições de 2014, converter-se em ator decisivo para a aprovação da agenda política do novo governo. Isto porque a Frente Ampla obteve a maioria absoluta tanto Câmara de Representantes (dos deputados, formada por 99 cadeiras), como na Câmara de Senadores (composta por 31 membros), o que lhe permitiu dispensar o apoio dos demais partidos.

De qualquer sorte, o PI, quarto partido a ocupar o quarto espaço nos 30 anos que se passaram desde a restauração democrática, e o único que se manteve vigente após três eleições consecutivas, até aqui aparece como um

partido consolidado ou em vias de consolidação (BOTTINELLI, 2015), mesmo sendo aparentemente “irrelevante” no parlamento.

Dessas reflexões surgem alguns questionamentos acerca do papel que desempenha o PI no sistema partidário e político uruguaio. Por exemplo: seria possível identificar no partido alguma tendência ideológica consistente ou não possui um conjunto coerente e unificado de princípios aos quais se vincula? Buscaria o partido atender demandas de algum segmento específico da sociedade? Consegue o PI efetivamente interferir no debate político?

Com vistas a buscar respostas a essas questões, propõe-se esta pesquisa, que tem como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: qual a estratégia e o modo de atuação da representação do Partido Independente no parlamento uruguaio, nas legislaturas 2005-2010 e 2010-2015, tendo em vista ser o partido com a quarta e a menor representação parlamentar e estar inserido em um sistema partidário considerado consolidado?

Nossa hipótese para responder o problema apresentado é a de que as regras de funcionamento da Câmara de Representantes uruguaia asseguram o direito de manifestação e de participação nos processos deliberativos a todos os partidos, mesmo aos de pequena representação. Assim, a estratégia do PI é a de marcar posição, intervindo no debate sobre temas transcendentais (CHASQUETI; GUEDES, 2011) para a sociedade uruguaia, buscando que a legenda e seus militantes ganhem visibilidade e condição de protagonismo nos processos deliberativos, com vistas a alcançar perenidade no cenário político nacional.

Em virtude disso, o objetivo geral do trabalho é analisar a estratégia de atuação do PI na Câmara de Representantes do Uruguai nas duas legislaturas anteriores à atual, que recém iniciou (2015-2020). Para tanto, os objetivos específicos são: investigar o papel desempenhado por um pequeno partido no sistema político uruguaio; identificar a tendência ideológica do PI, por meio de suas intervenções no parlamento; verificar se privilegia em sua atuação o atendimento de demandas de algum segmento específico da sociedade; e aferir se consegue efetivamente interferir no debate político de seu país.

No desenvolvimento da pesquisa, trabalhar-se-á com algumas categorias de análise da Ciência Política e conceitos fundamentais para o estudo do tema proposto sob uma perspectiva científica, tais como: partido político, sistema partidário consolidado, partido relevante, tema transcendente e debate parlamentar.

Toma-se o conceito de partido político de Sartori (1982), segundo o qual se trata de “qualquer grupo político oficialmente formalizado que se apresenta nas eleições e pode lançar em eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos”. Também vem de Sartori (1982) os critérios que adotaremos para classificar um partido como relevante em dado sistema político. Para autor italiano, partidos relevantes são unicamente aqueles cuja representação política cumpre com pelo menos um dos seguintes critérios: (1) possibilidade de formar governo; (2) capacidade de veto; e (3) capacidade de coalizão. Teoricamente, esses critérios levariam à classificação do PI como um partido “irrelevante”, o que, no entanto, supõe-se é desmentido pela realidade específica.

De acordo com Buquet e Piñeiro (2014) o Uruguai conta com um dos sistemas partidários mais institucionalizados da América Latina. Adotaremos o conceito desses autores, segundo os quais (p.129), “la noción de institucionalización de los sistemas partidarios, que ya podríamos calificar como clásica, está fuertemente asociada a la idea de estabilidad, especialmente en el terreno electoral”.

Para Chasqueti e Guedes (2011) leis de transcendência, são as que “por las características de su trámite legislativo, trascienden el ambito parlamentario para transformarse e un asunto público de envergadura”. Consideram-se temas transcendentales aqueles que se aproximam dessa definição, pois desenvolvida pelos autores em trabalho que analisa o posicionamento dos partidos integrantes do parlamento uruguaio, justamente em relação a projetos de lei enviados pelo Executivo, mesmo contexto sociopolítico sobre o qual iremos nos debruçar.

Já como debate parlamentar, distinto de discurso político “por su ámbito de su producción, el modo de circulación y finalidades” (MUSTO; ZEBALLOS, 2013, p.6), tomaremos a definição de (MARAFIOTI; 2007, p.108, apud MUSTO; ZEBALLOS, 2013, p.7), de acordo com o qual “el debate parlamentario se trata de una manifestación discursiva que surge a partir del reconocimiento de una temática que debe resolverse con la sanción de una norma jurídica y a partir del reconocimiento de puntos de vistas divergentes”.

2. METODOLOGIA

Diante de problema de pesquisa, o trabalho principia pela descrição da composição do parlamento nas duas legislaturas estudadas, de modo a dimensionar o tamanho do PI frente aos outros três partidos representados (Frente Ampla, Nacional e Colorado).

Em seguida, foca as normas regimentais de funcionamento da Câmara de Representantes do país, objetivando precipuamente demonstrar as possibilidades de intervenção de um partido com pequena representação.

O próximo passo é o levantamento do material empírico sobre a intervenção do PI na Câmara de Representantes, procedimento que se dá, basicamente, mediante a análise das atas das sessões da Câmara de Representantes uruguaia, correspondentes às duas legislaturas nas quais a atuação do partido será estudada, disponíveis no sítio da referida casa legislativa na internet (<http://www.diputados.gub.uy/>).

Identificada a participação do Partido Independente no debate parlamentar, com base nas categorias de análise da Ciência Política sobre sistemas partidários e partidos políticos em geral e específica sobre o cenário uruguaio, busca a pesquisa alcançar seus objetivos e a resposta ao problema de pesquisa, com a confirmação ou não da hipótese.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estágio atual da pesquisa já se pode constatar a ausência de unidade ideológica no PI (evidenciada, por exemplo, pela divergência entre os dois deputados do partido em relação à descriminalização do aborto), bem como que a bipolarização da política uruguaia não impediu que a prédica e a atuação política e parlamentar do partido encontrassem algum eco na sociedade uruguaia.

Também já se pode afirmar que o PI vem ampliando sua participação nas urnas e no parlamento, o que leva a supor que sua estratégia vem produzindo resultados, embora continue a ser um partido de pequena expressão. O crescimento do PI encontra-se explicitado nas Figuras abaixo:

TABELA 1 – Composição do Parlamento do Uruguai conforme as eleições do período 2004-2014

Partido	Câmara de Representantes			Senado		
	2004	2009	2014	2004	2009	2014
FA	52	50	50	17	17	16
Nacional	36	30	32	11	9	10
Colorado	10	17	13	3	5	4
Independente	1	2	3	-	-	1
União Popular	-	-	1	-	-	-
Total	99	99	99	31	31	31

Fonte: Parlamento do Uruguay (<http://www.parlamento.gub.uy/palacio3/index1280.asp?e=0&w=1366>)

Informações	2004	2009	2014
Votação (Presidente, em %)	1,84	2,49	3,09
Bancada	1	2	4*
Eleitos	Iván Posada	Iván Posada Daniel Radio	Iván Posada Daniel Radio Heriberto Sosa Pablo Mieres**

QUADRO 1 – Votação do PI nas eleições presidenciais e bancada eleita no período 2004-2014

* 3 deputados e 1 senador

** Senador

4. CONCLUSÕES

Entendemos que o trabalho proposto possui relevância científica, por se tratar de contribuição com a investigação do papel que um partido político minoritário pode desempenhar em um país que conta com um sistema político partidário consolidado, como o Uruguai. No entanto, a pesquisa está em sua fase inicial, de formatação do projeto e coleta exploratória de dados, de modo a não ser possível, no momento, apresentar conclusões, ainda que provisórias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTINELLI, Oscar A. **Dilemas del Partido Independiente**. Facutum Digital, Disponível em: <<http://www.factum.edu.uy/node/1834>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BUQUET, Daniel e PIÑEIRO, Rafael. La Consolidación de un Nuevo Sistema de Partidos en Uruguay. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.8, n.1, jan.-abr. 2014.

CHASQUETTI, Daniel; GUEDES, Alejandro. **El primer año legislativo del gobierno de Mujica**. Nov. 2011. Disponível em <<http://works.bepress.com/chasquetti/15>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MUSTO, Federico; ZEBALLOS, Camila (2013). Dimes y directes. El debate parlamentario en Uruguay. **VII Jornadas de Jóvenes Investigadores**. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.